

ALFABETIZAÇÃO EM EJA E CIDADANIA: Descortinando a alfabetização para adultos

Adailton Teixeira¹
Edileide Maria Antonino da Silva²

RESUMO: O artigo tem como objetivo investigar o pensamento e comportamento de estudantes da EJA, acerca da cidadania. Parte em busca da definição do que vem ser no contexto social e empírico Jovens e adultos, bem como enfatizando a importância da educação de jovens e adultos. Respalhando a significação de cidadania e consciência cidadã tal como a conceitualização da alfabetização, que procurou o respaldar em um rico referencial teórico que deu base sólida a pesquisa. Por fim foi investigado a atuação tanto do educador como o educando na sala de aula, entrevistado em uma escola municipal para maior interpretação do objeto pesquisado.

Palavras-chave: Alfabetização, EJA, Cidadania, Consciência Cidadã.

ABSTRACT: The article aims to investigate the thinking and behavior of EJA students about citizenship. Part seeks to define what comes to be in the social and empirical context Young people and adults, as well as emphasizing the importance of youth and adult education. Supporting the significance of citizenship and citizen awareness such as the conceptualization of literacy, which sought to support it in a rich theoretical framework that gave solid ground to research. Finally, we investigated the performance of both the educator and the student in the classroom, interviewed in a municipal school for a better interpretation of the object searched.

Keywords: Literacy, EJA, Citizenship, Citizen Consciousness.

¹Graduando do 7º semestre na Universidade Católica do Salvador.

² Doutorado e Mestrado em Educação e Contemporaneidade (UNEB); pedagoga (UFBA); Professora na Universidade Católica do Salvador

1 INTRODUÇÃO

O artigo em questão parte de uma abordagem metodológica qualitativa, de uma investigação empírica com o objetivo de elucidar fatos passíveis de investigação. Foi utilizada a investigação em revisão de literatura tendo como base leitura de livros, artigos, dissertações e teses com o intuito de realizar uma pesquisa mais concisa de fatos que norteiem a temática em questão.

Houve a visita a instituição de ensino (escolas que trabalhem com Educação de Jovens e Adultos - EJA), com o objetivo de averiguar e aplicar entrevista e diálogo com o público alvo (estudantes do EJA, a partir dos quarenta anos, e alguns professores), condizente com o perfil ao qual foi escolhido para ser perquirido no artigo, buscando sempre a investigação sobre a temática a partir da articulação dos dados empíricos e do referencial teórico.

A pesquisa discute o quão importante é o programa Educação de Jovens e Adultos, com a perspectiva de entender e refletir acerca de como esse processo, cuja proposta é maior que simplesmente ensinar a ler e escrever, tem se mostrado extremamente relevante na vida de jovens e adultos dentro da realidade social.

No decorrer da pesquisa foram utilizados vários teóricos como: Melucci & Fabbrini 1992, Lefkowitz 2007, Souza 2007, Beisegel 1974, Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC 2014, Santos 2002, IBGE 2010, Benites 2010, Jornal do Comércio, Rj. 12/10/1991, Vygotsky 1988, Ortiz 2002, V CONFINTEA 1997 e sendo o principal ao qual não poderia ficar de fora, Freire com as obras: (Alfabetização: Leitura do mundo, Leitura da Palavra 2015, Pedagogia do Oprimido 2005, Pedagogia da Esperança 2007, Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa 2013).

O objetivo pelo qual foi escolhido essa temática, tem como propósito dar uma contribuição aos estudos sobre o tema, mas também como uma realização pessoal em poder pesquisar como pessoas que não tiveram a devida condição de dar prosseguimento na vida estudantil, na infância e adolescência, como é direito de todo cidadão, que está implícito na Constituição Federal (1988) Art. 205.

Para desenvolver esta pesquisa, trago como questão norteadora o seguinte problema: Se o estudante adulto da EJA a retornar aos estudos se sente um cidadão? Desse modo, o objetivo do presente projeto é demonstrar o quão

importante é o processo educativo para jovens e adultos participante da EJA mais precisamente estudantes acima dos 40 anos, é o público alvo pesquisa.

2 JOVEM E ADULTO

O processo de aprendizagem é inerente aos seres humanos não importando idade, condições sociais, porém para alguns indivíduos o aprendizado formal, tem sido deixado de lado por priorizar a necessidade de trabalhar, causando em alguns um certo constrangimento e incômodo além de um declínio na autoestima, que comunga com condições não favoráveis socioeconômicas. O que por sua vez culmina em um grande desafio para professores que trabalham com Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Já que tem sido enfatizado a educação de jovens e adultos, é essencial compreensão o que vem ser jovem e adultos? Segundo Melucci que:

[...] nos propõe uma outra forma de compreender a adolescência e a juventude. Para ele, existe uma sequência temporal no curso da vida, cuja maturação biológica faz emergir determinadas potencialidades. Nesse sentido, é possível marcar um início da juventude, quando fisicamente se adquire a capacidade de procriar, quando a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, quando começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência, dentre outros sinais corporais e psicológicos. (MELUCCI & FABBRINI, 1992).

Claro que para definir uma faixa etária de um ser humano num estado global torna-se muito complexo, isso leva em questão a cultura ao qual a pessoa está inserida, que varia de país para país ou em um mesmo país varia do povo em se faz parte, e em cada cultura tem a sua própria definição, mas segundo a ementa constitucional (EC):

Uma primeira conclusão é que a EC 65/2010, já em vigor, deve lançar seu rol de proteção sobre toda pessoa compreendida na faixa etária de 15 a 24 anos, adotando-se o conceito de juventude explicitado pela ONU, tapando a lacuna provisória do direito interno. Não obstante é de se aguardar a criação de uma faixa jovem tipicamente brasileira pelo Estatuto da Juventude, em que, possivelmente, há de se caracterizar uma imensa gama de pessoas, já que o Projeto de Lei prevê proteção especial a todos entre 15 e 29 anos. (EC 65/2010).

Devido as definições de Melucci e a EC dá para ter uma ideia da concepção em que envolve a definição de juventude, e ajuda a entender a essa faixa etária tão abstrusa em ser elucidada ou a ser definida com exatidão. É preciso entender a concepção de adulto, pois o artigo em questão não está tratando apenas do jovem, mas também o conhecimento em ser adulto, ou seja, o conhecimento da sua representação social. Segundo Lefkowitz, 2007: “[...] a idade adulta inclui o estabelecimento duma identidade, experimentação com a intimidade, formação de relações íntimas, começar uma família, tomar decisões sobre a carreira e atingir a independência dos pais” (Lefkowitz, 2007).

A definição de adulto é algo muito difícil de ser definido, pois pouco se tem escrito sobre essa concepção, talvez pelo simples fato de não se dar importância por essa época da vida do ser humano, esse aspecto comunga por se tornar ainda mais difícil de se investigar do que a fase juvenil e são pouquíssimos os escritores que se objetivam em escrever sobre essa fase, mas Viviana Raquel Cascalheira apropriando-se da definição de Lefkowitz pôde dá uma breve definição do que é ser um adulto, mas em contra partida Filomena Carvalho Sousa(2007,p.48) nos ressalta sobre duas definições do sujeito adulto:

Representação hegemónica – O adulto é um estatuto a atingir com a obtenção de estabilidade na vida profissional/financeira e familiar. O adulto é entendido como estático e sujeito a percursos lineares característicos de um modelo tradicional de transição para a vida adulta.

Representação emancipada –O adulto está sujeito a uma aprendizagem contínua que promove a auto realização pessoal, profissional e afetiva e evolui de acordo com percursos complexos de *avanços e recuos* (Machado Pais, 2001). O adulto enquadra-se num modelo pós-moderno de transição para a vida adulta que pode ser vivido e representado segundo um modelo positivo de oportunidades, de possibilidades de escolha e experiências ou um modelo negativo de instabilidade, incerteza e marginalização. (Souza 2007, p.48).

Baseado nas definições encontradas sobre a fase adulta do sujeito, dar para conjecturar uma definição sobre o assunto em questão de difícil elucidação e definição, não deixando seu significado totalmente na ignorância, dando uma ideia do vem a ser essa fase. Segundo Herbet de Sousa (2016), que nos traz uma bela definição do que venha ser uma consciência cidadã.

“O cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade. Um cidadão com sentido

ético forte e consciência de cidadania não abre mão desse poder de participação”. (SOUSA, 2016).

Na citação de Herbet nos deixa transparecer que o cidadão não fica alheio a seus direitos e deveres, bem como não fica indiferente a sociedade, ele é mais do que um simples espectador, é um sujeito ativo na sociedade, e o mesmo vai lutar em busca do cumprimento desses direitos, não tendo por usurpação, um bem legal a todo cidadão, tudo isso nos arremete a uma consciência cidadã.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi implantada como uma das metas do Estado brasileiro para erradicar o analfabetismo, juntamente com o adequar à população cuja faixa etária não se ajusta mais ao ensino fundamental e ensino médio, a complementação de sua formação escolar.

No Brasil, a primeira iniciativa pública, visando especificamente o atendimento do segmento de adolescentes e adultos, ocorreu em 1947 com o lançamento da Primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), iniciativa do Ministério da Educação e Saúde e coordenada por Lourenço Filho.

Essa Campanha percebia a educação como processo destinado a proporcionar a cada indivíduo, segundo suas capacidades, os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, as técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura e com os quais cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social (BEISEGEL, 1974).

Embora os padrões do governo enfatizem a necessidade de providenciar entre os sujeitos do EJA o aprendizado para a formação escolar, também ressalta a formação de sujeitos sociais críticos e aptos a lidar com as exigências de um mundo pós-moderno. Mas o que se observa, na prática, são pessoas voltando aos bancos das salas de aula em busca de uma certificação básica, a fim de, em sua maioria, estarem mais aptos ao mundo do trabalho.

O conceito do que seria uma pessoa na fase adulta é classificado juridicamente aos 21 anos. No entanto, em se tratando do Ensino de Jovens e Adultos, considera-se o ingresso a partir dos 15 anos, quando se estabelece um marco. Segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) essa idade é a fronteira para o cumprimento ou não do mínimo

de escolaridade. Para Romanzini, (2011). “Primeiramente, ao longo do caminho de ensino de adultos no Brasil, a sugestão seria prover, completar a escolarização inexistente com o intuito tanto de alfabetizar como o de cumprir metas relativas à escolarização da população”. (ROMANZINI, 2011).

Há sentido no comentário de Romanzini, pois, quando se promove a escolarização ao qual alguns indivíduos abandonaram por motivos diversos como por exemplo a necessidade de trabalhar, estaria ao mesmo tempo provendo que o sujeito retomasse os estudos com o intuito de concluir os mesmos e ao mesmo tempo proporcionaria o combate ao analfabetismo, promovendo o atingir metas que o governo pretende atingir, que é a erradicação do analfabetismo.

Com o desenvolvimento acelerado da tecnologia em nível mundial nas décadas finais do século XX através do neoliberalismo, o enfoque para o ensino de jovens e adultos é acrescentado da necessidade de pessoas mais inteiradas ao mercado de trabalho. Ou seja, somado ao objetivo de alfabetizar pessoas ainda analfabetas e semianalfabetas ganham uma evidência maior a precisão de formação básica complementar para jovens e adultos, objetivando a formação de mão de obra também básica.

Já que a globalização e os avanços tecnológicos tem batido a porta de todos os cidadãos seja pobre ou rico, tendo o mínimo de educação possível ainda não é o suficiente, mas já se torna um bom começo, para uma realização que talvez seja ainda mais pessoal.

4 CIDADANIA E CONSCIÊNCIA CIDADÃ

Segundo os direitos humanos:

A origem da palavra cidadania vem do latim civitas, que quer dizer cidade. Na Grécia antiga, considerava-se cidadão aquele nascido em terras gregas. Em Roma a palavra cidadania era usada para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Juridicamente, cidadão é o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. Em um conceito mais amplo, cidadania quer dizer a qualidade de ser cidadão, e conseqüentemente sujeito de direitos e deveres. (Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC, 2014).

Esse cidadão descrito pelos direitos humanos é o sujeito que quer o mínimo de noção cognitiva possível para trabalhar, votar e estudar que são objetivos do estudante da EJA, alguns é certo que não tiveram condições de estudar, em épocas passadas, e poder retomar os estudos torna-se não só um direito cidadão, mas uma realização pessoal de uma vida. Mas Santos (2002) nos ressalta que:

A cidadania, sem dúvida, se prende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter. Ameaçado por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem seu corpo e seus limites como uma situação social, jurídica e política. (SANTOS, 2002, p.20).

Exercer a cidadania está intrinsecamente ligado a prática do homem na sociedade e os atributos anexos à praticas dos direitos do sujeito social e jurídico, ao qual, o direito a estudar é um deles, que por sinal independe da idade e condição social. Mas segundo Freire (2013), que ressalta:

[...] a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser. É um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades. Erros que implicam diretamente visões defeituosas da História e da consciência. De um lado, a compreensão mecanicista da História, que reduz a consciência a puro reflexo da materialidade, e de outro, o subjetivismo idealista, que hipertrofia o papel da consciência no acontecer histórico. (FREIRE, 2013, p. 96-97).

Freire dá uma dimensão do poder da educação que não é uma reprodutora de ideologias dominante nem força de desocultação da realidade, mas é um instrumento de autonomia do sujeito que lhe proporcionando uma emancipação do mecanicismo e uma força para a consciência cidadã, ainda nesse contexto a educação procura descortinar e tirar a atrofia da consciência do cidadão, permitindo a autonomia do ser pensante que através da sua libertação da atrofia educacional, irá exercer a sua consciência no que se refere a cidadania.

Em pleno século XXI é inadmissível que ainda haja pessoas adultas analfabetas ou semialfabetizadas, em plena época que tem como marco os avanços tecnológicos em que as crianças mesmo antes de saber ler ou escrever já dominam os meios de informação, redes sociais entre outros.

Acredita-se que para aqueles que não tem o mínimo de aprendizado estudantil fica mais difícil de acompanhar as mudanças ocorridas nesses tempos de tanto avanço tecnológico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

A taxa de alfabetização é importante para avaliarmos a situação educacional e as condições sociais do país. Segundo os resultados do censo 2010, aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais de idade são alfabetizados. Isto é, temos um percentual de 9% de não-alfabetizados, o que equivale a dizer que aproximadamente 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever.

Em comparação aos resultados do censo de 2000, a situação da alfabetização melhorou no país, pois a taxa de analfabetismo diminuiu de 12,8% para 9% em 2010 (IBGE, 2010).

Baseado nesses dados ainda há muito o que fazer para mudarmos essa realidade, devolver a dignidade através da educação é algo que se apresenta como um papel sublime realizado pela escola, para aqueles que não tiveram a oportunidade de estudarem na faixa etária habitual, a educação de jovens e adultos encabeça essa missão.

5 A ALFABETIZAÇÃO

Segundo Benites, “A alfabetização é o ato de se ensinar o código da língua escrita, ensinando a ler e escrever, ela é um processo de compreensão de significados por meio do código escrito e é também um conjunto de habilidades”. (BENITES, 2010). É imprescindível que os educandos entendam o significado da alfabetização, no pressuposto ao que se refere a aprender ler e escrever, que estão intimamente ligados a atos culturais, proporcionando uma maior compreensão de leitura de mundo. Mas por sua vez Freire vem a falar que: “A alfabetização e a educação de modo geral, são expressões culturais. Não se pode desenvolver um trabalho de alfabetização fora do mundo da cultura, porque a educação é, por si mesma, uma dimensão da cultura”. (FREIRE, 2015 pág.85). Na citação de Freire dá para ter uma ideia o quão importante é a dimensão cultural para a alfabetização e a educação que por sua vez a pedagogia está intimamente ligada as mesmas.

Alfabetização significa ensinar o código da língua escrita, ler e escrever, que é a habilidade de codificar (escrever) e decodificar (ler). Significa apreensão e compreensão expressos em língua escrita ou ato de expressão por meio da língua escrita.

Antes do surgimento do EJA nos anos 70 foi criado o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) uma iniciativa do governo federal com propósito de erradicar o analfabetismo, sendo esse extinto em 1985, pelo seu fracasso em não conseguir resultados positivos referentes à erradicação do analfabetismo. Logo surgiu o projeto Educar (1985-1990), que também não obteve êxito, abrindo caminho para o Programa Nacional de Alfabetização (PNAC, 1990-1991). Com a ascensão do físico José Goldenberg (PMDB/SP)¹, como Ministro da Educação, não houve a continuidade do PNAC, dando a seguinte declaração:

O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser peixeiro, vigia de prédio, lixeiro ou escolher outra profissão que não exigem alfabetização. Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição na sociedade e pode até perturbar. Vamos concentrar os nossos recursos em alfabetizar a população jovem. Faremos isso agora, em dez anos desaparece o analfabetismo. (JORNAL DO COMÉRCIO, RJ. 12/10/1991).

O que não aconteceu e só se tem agravado cada vez mais, e ainda com discursos preconceituosos explicitando que uma pessoa com mais idade não tem o direito de se alfabetizar.

É fato que algumas pessoas que passam pelo processo de educação do EJA, tiveram que escolher entre o trabalho ou os estudos, e não são poucos os que optaram pelo trabalho, mesmo contra a própria vontade, deixando a necessidade de sobrevivência falar mais alto. Segundo as experiências de Vygotsky.

Os seres humanos nascem mergulhados em cultura, e é claro que esta será uma das principais influências no desenvolvimento. Embora ainda haja discordâncias teóricas entre as abordagens, que serão apresentadas adiante sobre o grau de influência da maturação biológica e da aprendizagem com o meio no desenvolvimento, o contexto cultural é o palco das principais transformações e evoluções do bebê humano ao idoso. Pela interação social, aprendemos e nos desenvolvemos, criamos novas formas de agir no mundo, ampliando nossas ferramentas de atuação neste contexto cultural complexo que nos recebeu, durante todo o ciclo vital. (VYGOTSKY, 1988).

¹ Professor, físico e político brasileiro, membro da Academia Brasileira de Ciências. Foi reitor da Universidade de São Paulo e presidente da Sociedade Brasileira de Física de 1975 a 1979.

O que Vygotsky diz é que o desenvolvimento humano se dá a depender da interação do sujeito com o meio ao qual vive e convive, família, escola e sociedade em geral.

O processo de aprendizagem é essencial a todo ser humano isso é inegável, a alfabetização vem como um instrumento para todos aqueles que querem aprender e sair da falta de instrução educacional, porém a maneira que se aprende não é a mesma para crianças e adultos.

Segundo Ortiz, “não se aprende da mesma maneira em todas as idades, pois a capacidade de construção de novos conhecimentos é determinada pelas estruturas de pensamento que o sujeito possui antes de tentar assimilar ou compreender o novo objeto” (ORTIZ, 2002).

Essa declaração nos remete a pensarmos e analisarmos a seguinte questão, a subjetividade dos jovens e adultos é diferente da subjetividade das crianças, enquanto as crianças estão tendo o início das experiências os jovens e adultos já tem uma longa carga horária nessa questão. Muitas experiências que podem ser atreladas ao processo de alfabetização, tornando o processo mais fácil ou mais difícil a depender de quem mediará esse processo, tendo uma visão estritamente epistemológica colaborando com o desenvolvimento do sujeito.

Os cursos de alfabetização de jovens e adultos existem, exatamente, pela ineficiência objetiva de oportunidades educacionais que atribuem ao cidadão na fase infantil o acesso às escolas, bem como à sua permanência, haja vista os altos índices de evasão escolar.

As intempéries sociais experimentadas por parte de alguns alunos, excluem da escola, pois contrastam a sua realidade. Sem expectativa de avanço social, intelectual e cultural, deixam os estudos.

As recriminações, a exclusão, os ataques à autoestima e o desrespeito vivido dentro do sistema escolar também são frequentes agentes por esse fracasso. Alguns que já passaram pela escola, são portadores de uma história escolar marcada pela desilusão, por imperícia da escola em não saber atender à necessidade do aluno.

É necessário ter uma mente aberta voltada para o diferencial de se trabalhar com essa faixa etária, pois são distintos de trabalhar com crianças, alguns são jovens, por certo são meios descompromissados; outros são idosos e necessitam de

bastante paciência. Mas pode-se se afirmar que no final o educador certamente terá a sua satisfação plena, será um arauto contra o analfabetismo.

É imprescindível que o educador, professor ou pedagogo tenha o mínimo de conhecimento possível sobre a Andragogia (vem do grego andros "adulto" e gogos "educar"). Em uma tradução livre, a Andragogia é a educação ou ensino para adultos. Malcolm Knowles ampliou o conceito e definiu a "Andragogia como a arte ou ciência que estuda a educação para adultos com o objetivo de atingir uma aprendizagem efetiva, capaz de desenvolver habilidades, conhecimentos e competências" (KNOUWLES, 1970).

Mas no que se refere ao estudante da EJA, será que realmente podemos achar a solução para a problemática explicitada na presente pesquisa ao qual foi relatado no início do projeto? De que forma o processo de ensino no EJA, promove a cidadania entre alunos com idade acima dos 40 anos? Na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA), realizada em julho de 1997, em Hamburgo, Alemanha, nos dá, uma visão geral para essa questão.

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanta consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas (V CONFINTEA, 1997, p. 37).

Com essa declaração podemos vislumbrar uma ascensão para os alunos jovens e adultos a partir da educação, com o intuito de devolver a autoestima dos mesmos, participantes ativos da sociedade, que tem os mesmos direito, mesmo não sabendo ler ou escrever ou até mesmo não ter frequentado a escola no tempo habitual. O ingresso na instituição escolar acaba também correspondendo a uma realização tanto de cunho pessoal como social, porque na verdade a condição de cidadania não se restringe apenas ao frequentar a escola, mas a sua conduta perante a sociedade.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a

participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranquila. (Departamento de Direitos Humanos e Cidadania-DEDIHC, 2000)

Pode-se talvez concluir que a cidadania não está à mercê da educação mais a educação é um direito cidadão que parte de pressupostos da cidadania que é de categoria universal.

6 PESQUISA NA ESCOLA

Em visita técnica à Escola Municipal Epaminondas Berbert de Castro localizada no bairro de Pernambués foi feita entrevista com educandos da EJA, que apesar de que em algumas escolas que trabalham com a educação de jovens e adultos tem na sua maioria o público majoritariamente juvenil, o que na escola ao qual foi visitada, os estudantes são na sua maioria acima de quarenta anos, dando condições de fazer uma boa pesquisa, pois essa faixa etária que tem sido o objeto de investigação dessa pesquisa.

A entrevista partiu da premissa de elucidação de algumas questões que foram feitas aos educandos como: Qual motivo o levou a abandonar a escola no tempo regular? Nessa questão todos os entrevistados tiveram a mesma resposta, “Abandonei os estudos, porque tive que escolher entre trabalhar e estudar então preferir trabalhar”, e a segunda questão foi: O que lhe motivou a retornar a escola? As respostas foram diversas, “vontade de aprender, ter uma melhor qualificação profissional, adquirir conhecimento, chegar até a faculdade e etc. Mas um estudante em especial relatou algo que para ele foi motivo de vergonha, Seu nome é Ailton de 52 anos, pois o mesmo relatou que esteve em uma empresa para fazer um teste para ingressar na mesma, o teste consistia em atividades de português, matemática, conhecimentos gerais e redação e ele então relatou que em todos ele respondeu razoavelmente, exceto a redação ao qual foi relatado por ele que não teve condições de executar a redação, deixando-o um tanto triste e isso o motivou à retornar aos estudos. A penúltima questão foi: Você se sente um cidadão, como peça importante na sociedade atual, agora que retornou à escola? E 99% dos entrevistados responderam que “sim, que a retomada dos estudos lhe dão uma melhor segurança

na sociedade”, porém houve apenas um que respondeu que ainda não se sentia um cidadão, e o mesmo ressaltou que ainda precisava aprender mais para sentir-se um cidadão. E a última questão foi: Qual o seu objetivo ao voltar estudar? E a maioria respondeu que queria apenas concluir o ensino médio, que já estava bem para eles, porém um senhor de nome Wilson de 57 anos e outro de nome Nelson de 52 anos, responderam que “queriam concluir o ensino médio e ingressar na faculdade por uma realização pessoal e melhor qualificação profissional.

A entrevista não se deteve apenas aos educandos, mas foi estendida aos educadores que assim como os educandos foram interrogados a responder algumas questões como: Qual a faixa etária que você mais gosta de trabalhar, com os mais jovens ou os mais adultos? E maioria tiveram a mesma resposta, “com os mais velhos, pois os mesmos se dedicam mais no aprender”. A questão seguinte foi: O que lhe motiva a trabalhar na EJA? E todas foram unânimes em responder que: “É gratificante quando entra um educando sem saber ler e escrever ou até mesmo sabe ler e escrever, mas com muita dificuldades e no término do ano letivo eles e vem dá um muito obrigado professora por ter me ajudado”, e a terceira e última questão foi: você gosta de ensinar na EJA? E todas foram congruentes em responder que “sim”, e assim foi encerrada a entrevista.

A visita a escola foi algo que deu maior legitimidade a pesquisa, principalmente em ter o contato com objeto que tem sido o fruto da investigação, propiciando uma investigação mais concisa. Ao mesmo tempo foi notado que os estudantes entrevistados sentiam-se muito seguros em responder as perguntas e ao invés de se sentirem envergonhados em ser entrevistados por indagações a respeito do estudo tardio que não concluído no tempo regular, demonstrava uma certa alegria por terem a oportunidade de se expressarem acerca do assunto, com isso uma certa nobreza na autoestima, e em todos foi evidente o orgulho em se admitir como um cidadão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o estudante da EJA, acima dos 40 anos ao qual foi o objeto de estudo da pesquisa não largou os estudos no tempo habitual, por um mero capricho, mas por uma questão de escolha entre o trabalhar e estudar, permaneceu a necessidade de trabalhar que não é uma necessidade só de um indivíduo, mais de toda uma família e até por que os estudantes acima dos 40, participante da EJA tem na sua maioria os seus frequentadores pessoas afrodescendentes e de baixa renda.

Mas os estudantes acima dos 40 anos que retomam aos estudos, agora com uma maior experiência de vida, não visa apenas a conclusão dos estudos, não na sua totalidade, alguns buscam uma requalificação profissional, outros buscam ou almejam a inserção na faculdade, sendo que muitos desses acreditam que retomando os estudos irão agora tecer o seu orgulho para ser chamado de um verdadeiro cidadão. Todavia para o estudante da EJA, voltar a estudar é muito mais que adquirir uma conclusão dos estudos, contudo um enaltecimento da autoestima.

Na entrevista feita na escola municipal foi notado o brilho no semblante dos entrevistados, um certo orgulho em dizer que regressaram a aprendizagem, mas não um orgulho sinônimo de soberba, mas um orgulho sinônimo de satisfação e alegria proporcionando um empenho contagiante dos aprendizes que no fim concluíram que agora sentia-se um verdadeiro cidadão com sua consciência aberta há novas aprendizagens quanto mais conhecimento melhor para o crescimento do cidadão estudante da EJA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUDO, Viviana Raquel Cascalheira; **A transição para a idade adulta e os seus marcos: que efeito na sintomatologia depressiva?** Faculdade de psicologia e de ciências da educação, universidade de Lisboa, 2008
- AQUINO, Coordenação Julio Groppa. **Diferença e preconceito na escola: Alternativas teóricas e práticas.** 8ª ed. – Summus Editorial, S. Paulo, 1998.
- ÁVILA, Fernando Bastos de; **Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja,** 2ª edição, Edição Loyola, São Paulo, Brasil, 1993.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Mudança social e mudança educacional.** In : -----, Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.
- CARVALHO, Denise Maria. **Usos e funções da escrita: O saber da criança e o fazer da escola.**
- DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social.** Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2003 pg.40
- FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: Leitura do mundo, Leitura da Palavra;** Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 7ª ed. – Editora Villa das Letras, Rio de Janeiro, 2015.
- _____ **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013, 45ª ed
- _____ **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2007, 14ª ed.
- _____ **Pedagogia do Oprimido.** , 46ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005
- ORTIZ, Maria Fernanda Alves. **Educação de Jovens e Adultos: Um estudo de nível operatório dos alunos.** UNICAMP: Campinas, 2002. Dissertação de Mestrado.
- PAIVA, Jane; MCHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy; **Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea 1996 – 2004;** Edição eletrônica, Ministério da Educação, Brasília 2007.

PEREIRA, Ricardo Henriques. **O jovem, o estatuto da juventude e a EC 65/2010**, http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10545. Acessado em 29/04/2018 às 16:34

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 1989. Livro Educação e Luta de Classes, publicado em 1934, escrito por Aníbal Ponce.

SANTOS, Carmi Ferraz **Alfabetização e letramento: conceitos e relações** / organizado por Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. 1ed., 1reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**; Edusp-Editora da Universidade de São Paulo, 2002 p. 20

Secretaria da justiça, trabalho e direitos humanos - **seju departamento de direitos humanos e cidadania – DEDIHC** Disponível em <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>>. Acessado dia 08/06/2016

SOUZA, Herbet de. **Poder do cidadão**. www.conversascombetinho.org.br/com_a_palavra/cidadania_fome.htm. Acessado dia 10/05/2018

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; **Fundamentos de Metodologia Científica**; 6ª ed. Editora Atlas. São Paulo (SP), 2006.